

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS – UEA
CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE TEFÉ – CEST
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

RAQUELINE GOMES CARVALHO

**OS DESAFIOS E PERSPECTIVAS DE SER PROFESSOR NA EDUCAÇÃO
INDÍGENA.**

Tefé - AM
2017

RAQUELINE GOMES CARVALHO

**OS DESAFIOS E PERSPECTIVAS DE SER PROFESSOR NA EDUCAÇÃO
INDÍGENA.**

Monografia apresentada a Universidade do Estado do Amazonas (UEA) do Centro de Estudos Superiores de Tefé (CEST), como requisito para obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia.

Orientadora: Prof^a. Msc. Dayane Feitosa Lima

Tefé - AM
2017

FICHA CATALOGRÁFICA

CARVALHO, Raqueline Gomes.

Os Desafios e perspectiva de ser professor na Educação Indígena.

Monografia de Graduação em licenciatura em pedagogia orientada pela professora Msc. Dayane Feitosa Lima do Centro de Estudos Superiores de Tefé – CEST da Universidade do Estado do Amazonas – UEA. 2017, p. 33.

Formação - Professor – Educação Indígena

RAQUELINE GOMES CARVALHO

**OS DESAFIOS E PERSPECTIVAS DE SER PROFESSOR NA EDUCAÇÃO
INDÍGENA**

Monografia aprovada pela Comissão julgadora da Universidade do Estado do Amazonas do Centro de Estudos Superiores de Tefé CEST-UEA, como pré-requisito para obtenção do título de graduada no Curso de Licenciatura em Pedagogia.

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Msc. Dayane Feitosa Lima (Orientadora)

Universidade do Estado do Amazonas - UEA

Prof.^a Msc. Cilene de Miranda Pontes

Universidade do Estado do Amazonas - UEA

Prof.^a Msc. Adilma Portela da Fonseca Torres

Universidade do Estado do Amazonas - UEA

Conceito: _____

Tefé, 22 de Junho de 2017.

DEDICATÓRIA

Dedico aos meus pais que todos os dias da minha vida estiveram ao meu lado, compartilhando comigo os momentos de alegria, conquistas e vitórias, a superar a insegurança e o medo que se fizeram presentes quase me levando a desistir de minhas metas e sonhos. Por jamais ter deixado que me perdesse nas dúvidas redirecionando meu caminho para alcançar minhas vitórias.

As minhas amigas, Rayane Costa, Jessica Myrlllem de Souza, Beatriz Garcia e Kátia Seabra que nos momentos difíceis me apoiaram e me motivaram a concluir a graduação e que as levarei no coração onde quer que eu estiver.

Ao meu eterno amor, Théo Meireles o homem pelo qual sou apaixonada, é símbolo de força e segurança o que sempre me mantiveram firme para vencer os obstáculos que se faziam presentes em minha jornada acadêmica, à ele e aos demais o meu eterno obrigado.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, porque sem ele não teria encontrado forças suficientes para enfrentar os obstáculos surgidos durante esta etapa de graduação.

A minha orientadora Dayane Feitosa Lima, que não mediu esforços para me orientar, apoiando-me e amparando-me a cada dia em que as dúvidas surgiam. Não poderia deixar de agradecer à Universidade do Estado do Amazonas- UEA. A todos os professores pela oportunidade de eu haver crescido com eles em especial a professora Leni Rodrigues Coelho pelas orientações teóricas para que pudesse está fazendo este trabalho de conclusão de curso. Não deixo também de agradecer aos colegas de curso que estiveram me apoiando nos momentos difíceis.

“A educação escolar indígena no Brasil vem obtendo, desde a década de 1970, avanços significativos no que diz respeito à legislação que a regula. Se existem hoje leis bastante favoráveis quanto ao reconhecimento da necessidade de uma educação específica, diferenciada e de qualidade para as populações indígenas, na prática, entretanto, há enormes conflitos e contradições a serem superados” ... (BRASIL, 1998, p. 11)

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo verificar os desafios e perspectivas de ser professor na educação indígena. Justifica-se ao investigar um eixo temático ainda pouco explorado a compreensão sobre o tema, pois é algo fascinante que induz a investigação. A metodologia empregada na construção deste Trabalho de Conclusão de Curso foram especificamente duas. A primeira bibliográfica e de campo com questionários, envolvendo 05 cinco professores indígenas que atuam nas Escolas Indígenas de Tefé. A pesquisa tem embasamento teórico com os seguintes autores, Luis Donizete Benzi Grupioni (2006), Terezinha Machado Maher (2006), Nilda Alves (1992). Os resultados apontam que a os desafios são diariamente enfrentados e são diversos, porém suas expectativas é que a educação indígena possa ser valorizada e a formação continuada para todos os professores que atuam nas escolas indígenas é uma necessidade imediata, a partir da compreensão de que a educação de qualidade se conquista com formação e/ou capacitação contínua para o exercício docente em sala de aula.

Palavras-chave: Formação. Professor. Educação Indígena.

ABSTRACT

The aim of this paper is to verify the challenges and perspectives of being a teacher in indigenous education. It is justified the investigating because it is a thematic not yet so explored the understanding on the subject, and is this some fascinating that induces the investigation. The methodology used in the construction of this Final Work Course was specifically two: The first bibliographic and the second was search in camp with questionnaires, involving 05 five indigenous teachers who work in that Tefé Schools. The research was based on studies of Luis Donizete Benzi Grupioni (2006), Terezinha Machado Maher (2006), Nilda Alves (1992). The results indicate that the challenges are diverse faced on a daily basis, but their expectations are that it's important the indigenous education imediately to be valued and continued education for all the teachers who work in indigenous schools, based on the understanding that quality education is achieved through continuous training and capacity formation for classroom teaching.

Keywords: Formation. Teacher. Indigenous Education.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I	13
1 CONTEXTO HISTÓRICO SOBRE A EDUCAÇÃO INDÍGENA	13
1.1 UMA BREVE DISCUSSÃO SOBRE A EDUCAÇÃO INDÍGENA.....	13
1.2. LEIS QUE ASSEGURAM A EDUCAÇÃO INDÍGENA.....	17
1.3 COMUNIDADE INDÍGENA NA CONSTRUÇÃO DO CURRÍCULO	19
CAPÍTULO II	24
2 OS DESAFIOS E PERSPECTIVAS DOS PROFESSORES INDIGENAS A PARTIR DOS RESULTADOS DA PESQUISA	24
2.1 CAMINHOS PERCORRIDOS PARA A CONSTRUÇÃO DA PESQUISA.	24
2.2 O PROCESSO DE FORMAÇÃO DOS PROFESSORES INDIGENAS.....	25
2.3 O PROCESSO DE FORMAÇÃO DO PROFESSOR INDÍGENA E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA.	27
2.4 DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA FORMAÇÃO E SUAS ORIENTAÇÕES. .	28
CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
RECOMENDAÇÕES	31
REFERÊNCIAS	32
APÊNDICES	33

INTRODUÇÃO

Os desafios enfrentados pelos professores indígenas é um fator preocupante, desde que não são atendidas suas expectativas no que se refere à educação, visto que se fala muito em educação indígena, acredita-se que está sendo o alvo de muitas indagações, e as dificuldades enfrentadas se encontram em evidência, são discussões, debates e principalmente pesquisas que indicam a formação continuada como uma importante etapa de qualificação para o exercício docente em sala de aula sem falar que os indígenas lutam para que sua identidade seja preservada no meio de tantas mudanças. Entretanto, a forma como deve ser visualizado esses desafios exige atenção especial quando, por exemplo, a formação para os professores que atuam na educação indígena. Nesse sentido, este trabalho, apresenta o tema: Os desafios e perspectivas de ser professor na educação indígena. Culturalmente o desafio em torno de uma educação indígena diferenciada e de qualidade ainda não se efetivou no cenário tefeense. Raras são as oportunidades de cursos, seminários, capacitações pedagógicas voltadas para educação indígena. Assim, cabe ao próprio professor a iniciativa de buscar sua formação. Outro aspecto determinante seria a instabilidade, tendo em vista que parcela significativa dos professores municipais hoje lotados nas escolas rurais possui vínculos empregatícios temporários.

A partir desta discussão, o objetivo principal desta pesquisa, foi verificar os desafios e as perspectivas de ser um docente na educação indígena. A atuação dos professores nas escolas indígenas por muitas vezes apresentam preocupações quando trata da formação inicial que esses professores tiveram. Porém não se pode deixar de lado a importância da participação, e formação desses professores, pois a modalidade educação indígena necessita de uma atenção específica quando se trata da questão cultural educacional das comunidades. Portanto o presente trabalho irá enfatizar as concepções e perspectivas dos professores atuantes na educação indígena e como esse professor se porta em ser atuante dessa modalidade. A partir da temática enunciada estabeleceu-se o seguinte problema: Quais as perspectivas e concepções dos professores que atuam na educação indígena e a importância da sua formação? E as questões que irão me nortear durante toda a pesquisa estarão em torno das seguintes perguntas: 1 - Quais os teóricos que tratam da educação indígena? 2 - Como ocorre o processo de formação dos professores que atuam na

educação indígena? 3 - Em que medida a formação influencia na prática dos professores que atuam na educação indígena? 4 - Até que ponto essa formação orienta a perspectiva e concepção desses professores.

Ao que se refere à Educação indígena é indispensável não relatar alguns autores como Grupioni (2006) que tem pautado em muitas de suas publicações dando ênfase no formar índios como professores, na sua obra que é intitulada como, “formação de Professores Indígenas: Uma discussão Introdutória” trata das diferentes visões a respeito da Educação escolar Indígena e dos desafios de formar professores índios para atuarem nas escolas de suas aldeias. Essas diferentes visões resultam da formação diversificada dos autores. É uma complexa empreitada quando se trata de formação de professores indígenas, porém são tecidas considerações sobre aspectos do processo educacional, das crianças indígenas, sobretudo do ponto de vista de sua problemática linguística. GRUPIONI (2006, p. 11) contribui dizendo que “Nela, parecem-me, as dificuldades, os dilemas são sempre colocados de forma muito contundentes, o que obriga o educador a ter que olha-los prontamente de frente”.

Quando se fala de educador nessa modalidade de ensino trata-se não somente do ensinar, mas do aprender e por esse ensino de forma interdisciplinar, tendo em vista o modo de vida do sujeito indígena e respeitando sua linguagem, mesmo que os sistemas de ensino tendem a manipular como deve ser o índio em sociedade o que não mudou muito desde a “descoberta do Brasil” que para Grupioni (2006) é um comentário infeliz que ainda é pregado nas escolas, ou melhor, para as nossas crianças, sem levar em conta que quando os europeus que aqui chegaram não se depararam com uma terra vazia, habitavam pessoas, indígenas que até então eram vistos como animais, sem alma e seres precisos de civilização, não respeitando assim o modo de vida, mas, queriam transformar esse índio em alguém parecido com eles, como se o único modelo que se devia seguir era o de ser europeu.

É preciso ensinar as crianças que o Brasil tinha donos quando os europeus chegaram, é da maior importância esclarecer que houve um projeto europeu, em nada pacífico, de conquista e que os povos indígenas aqui lotados perderam essa guerra (GRUPIONI 2006, p.13).

Reforça a ideia de que o Brasil não era uma terra vazia, pertencia aos indígenas, que de forma brutal e sanguinária foram derrotados pelos simples fato de

estarem no que até o momento lhes pertencia, sofreram pelo julgamento dos Europeus que os tinha somente como criaturas sem alma, e necessitados de civilização. Desde então começou a luta pelo direito, a educação, o reconhecimento, o respeito.

A percepção da importância de que a escolarização formal de alunos indígenas fosse conduzida pelos próprios índios começou se instalar, no Brasil, somente a partir da década de 1970, época em que os primeiros Programas de Formação de Professores Indígenas foram implementados por organização não governamentais (GRUPIONI 2006, p.24).

É importante atentar para o fato de que, enquanto cabe ao professor não índio formar seus alunos como cidadãos brasileiros plenos, é responsabilidade do professor indígena não apenas preparar as crianças, os jovens e os adultos, sob sua responsabilidade, para conhecerem e exercitarem seus direitos deveres no interior da sociedade brasileira, mas também garantir que seus alunos continuem exercendo amplamente sua cidadania no interior da sociedade indígena ao qual pertencem.

Portanto, falar de educação indígena é olhar por vários âmbitos, como toda história, possui seu contexto, altos e baixos, avanços e retrocessos o que cabe ao professor levar em conta de forma crítica, o antes pensando no presente e transformando esse arcabouço em uma solução, ou melhor, dizendo ter a percepção de que o futuro pode ser mudado e melhorado se não somente acreditar, mas exercer seu papel como educador e procurar melhorar o amanhã. Com o advento das novas leis, ou seja, a partir do período denominado de Pré-democrático, no final da década de 1980, houve o reconhecimento de que os povos indígenas em todo o território brasileiro tinham a necessidade de políticas específicas, dentre as quais, de educação. Nesse sentido, foram criados dispositivos legais que ampararam esse modelo educacional diferenciado, vindo a contribuir para o resgate e a manutenção da cultura tradicional.

Justifica-se também ao investigar um eixo temático ainda pouco explorado a formação continuada para os professores que atuam na educação indígena, percebendo que o desafio e a complexidade, exigem que o profissional busque continuamente sua qualificação para atuar na docência, sendo que, acentua-se mais esta necessidade quando se volta para a qualidade do processo de ensino e de aprendizagem em instituições educacionais indígenas.

CAPÍTULO I

1 CONTEXTO HISTÓRICO SOBRE A EDUCAÇÃO INDÍGENA

Neste capítulo será discutido um breve histórico da educação indígena, a partir das concepções teóricas, apresentaremos seus desafios e avanços ao longo de muitas lutas em favor do direito à educação.

1.1 UMA BREVE DISCUSSÃO SOBRE A EDUCAÇÃO INDÍGENA

Engajar-se no tema educação indígena é um desafio, principalmente no que se refere à formação de professores indígenas. Mas antes de aprofundar sobre essa questão é necessário fazer um esboço das realidades indígenas e o contexto que a envolve. Mapear, ainda que de forma geral, a questão indígena no Brasil pode ser um bom esteio no qual assenta meus argumentos.

Estima-se que em 1500, época em que os europeus chegaram ao Brasil, a população indígena local girasse em torno de 2 a 4 milhões de pessoas. Hoje, essa população é de apenas 370.000 habitantes, embora os povos indígenas estejam em fase de crescimento demográfico significativo, esse número ainda é muito pequeno, não representando atualmente mais do que 0,2% da população brasileira, essa de população é explicada pelas políticas, ora mais, ora menos explícitas, de extermínio físico e/ou cultural historicamente imposta aos grupos indígenas em nosso país.

Essas políticas explicam o número de línguas indígenas desaparecidas, das 1300, 1500 línguas que se presume, existiam quando Cabral aqui chegou com suas esquadras, restam hoje apenas cerca de 180; mas se, por um lado, os números que venho apresentando não são alentadores, por outro, eles revelam a incrível tenacidade e capacidade de resistência dos povos indígenas: decretos, bíblias, epidemias, usurpações territoriais e tantas outras ações predatórias não conseguiram erradicá-los totalmente do território brasileiro.

É preciso ensinar as crianças brasileiras, desde a mais tenra idade, que o Brasil tinha donos quando aqui os europeus aportaram, e da maior importância esclarecer que houve um projeto europeu, que não era nada pacífico, tendo por objetivo a conquista e que os povos indígenas aqui lotados perderam essa guerra. Quanto mais cedo o cidadão brasileiro se inteirar da real história de seu país, mais condições ele terá de exercer, de forma responsável e solidária sua cidadania no

futuro, pois nenhuma cidadania dessa natureza pode passar ao largo do respeito à diferença, do respeito às minorias em nosso país.

Ora as implicações de tamanha diversidade no interior do Brasil indígena não podem ser desconsideradas sem nossas escolas, por isso é imperioso que a noção de índio genérico segundo MAHER (2006, pg. 19), seja desconstruída já na Educação Infantil, para que nossas crianças não cresçam tendo uma visão equivocada dos povos indígenas em nosso país, as pessoas mostram grande curiosidade no que se refere a educação indígena, curiosidades do tipo, o que leva um sujeito a se aprofundar nessa modalidade educação indígena? Porque são várias as dúvidas e questionamentos sobre esse assunto, são vários povos, pode-se explicar essa curiosidade porque fomos educados no interior de um sistema de educação construído a partir de um posicionamento ideológico que procura diluir as identidades indígenas, com o intuito de torna-los menos visíveis aos olhos da nação brasileira. Para tanto, vimos desde os primórdios da nossa História, procurando firmar essa noção do “índio genérico” para desidentificar os povos indígenas, uma estratégia eficaz quando se quer dominar alguém e destitui-lo, ou seja, é emprestar-lhe invisibilidade.

Por outro lado cabe pontuar que a educação indígena se dava simplesmente com o cumprimento de atividades no interior da aldeia, podemos perceber que ocorre um intenso e complexo processo de ensino/ aprendizagem, no qual as crianças e os jovens são preparados para exercerem sua “florestania”, para se tornarem sujeitos plenos e produtivos de seu grupo étnico. Esse empreendimento, é preciso entender, não passa por conhecimento escolar algum. Antigamente, essa era a única forma de educação existente entre os povos indígenas. O conhecimento era transmitido mais do que o suficiente para dar conta das demandas do mundo do qual faziam parte, a partir do contato com o branco, no entanto, esse conhecimento passou a ser insuficiente para garantir a sobrevivência, o bem-estar dessas sociedades e foi a partir do contato com o branco que a escrita, a matemática formal, e vários outros saberes entraram no mundo desses povos.

É importante esclarecer as observações sobre a questão Educação Indígenas, pois advêm das muitas leituras embasadas em autores contemporâneos e clássicos que discutem essa modalidade, explicitando um contexto baseado na vivência dos povos indígenas.

Uma característica que chama atenção na educação indígena tradicional é o fato de que, nesse tipo de educação, o ensino e a aprendizagem ocorrem de maneira continuada, sem que haja cortes, abruptos nas atividades do cotidiano, entre os “homens brancos” o ensino e a aprendizagem se dão em momentos e contextos muito específicos. Nas sociedades indígenas, o ensinar e o aprender são ações mescladas, incorporadas a rotina do dia-a-dia, ao trabalho e ao lazer, e não estão restritas a nenhum espaço específico, ou seja, a escola é todo o espaço físico da comunidade, ensina-se a pescar, a plantar no roçado. Para aprender, para ensinar qualquer lugar é lugar, qualquer hora é hora.

Na educação indígena, não existe a figura do “professor”. “São vários os professores” da criança, a mãe ensina, ela é a professora, o irmão mais velho é o professor, o pai, o avô. Todo mundo é professor e todo mundo é aluno. Não há como em nossa sociedade um “detentor do saber”, autorizado por uma instituição para educar o povo.

Nos processos educativos tradicionais há muito pouca instrução, ou seja, não é próprio das sociedades indígenas o discurso pedagógico como o conhecemos. Terezinha Maher, (2006, pg. 19) fala de uma experiência vivida que da veracidade nessa questão do indígena não seguir o modelo pedagógico que conhecemos:

Pude observar pessoalmente que durante passar alguns dias na aldeia de um grupo étnico que habita o sudoeste do Amazonas, Aripuanã. Nessa ocasião tive a oportunidade de presenciar o modo como o menino aprendia a fazer a cestaria típica do seu povo, porque fiquei hospedada na casa de sua família por algum tempo. Todas as tardes eu e a mãe dessa criança ficávamos no terreiro conversando, enquanto ela, ou preparava o material de que necessitava para fazer o artesanato, ou trancava suas cestas e peneiras de palha. Um de seus filhos, que tinha cerca de seis anos, sempre se ajuntava a nós e ficava por um tempo ali ouvindo nossa conversa depois de um tempo começou pegar o facão e trabalhar no artesanato com a mãe e está não fazia intersersões no aprendizado do filho, este mostrava interessado e às vezes largava o trabalho e ia brincar, eu observava que aquela mãe sabia que em uma hora ele se interessaria e seguiria o modo de vida do seu povo. Maher (2006, p.19).

No que se refere à formação de índios como professores no Brasil se deu na década de 1970, pois foi nessa época em que começou a se instalar essa percepção de que a escolarização formal de alunos indígenas fosse conduzida pelos próprios índios. Também foi a época em que pequenos programas de formação de professores indígenas foram implementados por organizações não governamentais.

Esses poucos programas pioneiros, no entanto, fizeram, escola e rapidamente começaram a surgir em todas as regiões do país, mais e mais programas de formação para o magistério indígena. Durante as décadas de 80 e 90, um conjunto de medidas legais fez com que as questões passassem a fazer parte de um rol de responsabilidades do estado e, hoje vários dos programas de formação de professores indígenas são sugeridos por secretarias estaduais de educação. A formação de professores indígenas tornou-se um tema discutido e também criticado, em muitos casos, o fato é que muitas universidades brasileiras oferecem uma formação técnica.

Segundo Grupioni (2000, p. 281), o esforço de construção de uma escola indígena que permita acesso aos conhecimentos universais e propicie a sistematização e valorização dos conhecimentos étnicos tem como pilar a formação e atuação de professores índios, membros das comunidades indígenas envolvidas em processo de escolarização. A política para a educação indígena no decorrer dos anos vem passando por diversas reformulações tais como: atribuir aos estados a responsabilidade legal para educação indígena ou delegando essa responsabilidade aos seus municípios. Nos últimos anos, os professores indígenas, a exemplo do que ocorre em muitas outras escolas do país, vêm insistentemente afirmando a necessidade de contarem com currículos mais próximos de suas realidades e mais condizentes com as novas demandas de seus povos.

Esses professores reivindicam a construção de novas propostas curriculares para suas escolas, em substituição àqueles modelos de educação que, ao longo da história, lhes vêm sendo impostos, já que tais modelos nunca corresponderam aos seus interesses políticos e às pedagogias de suas culturas. A princípio, não há entraves legais para que tais currículos sejam construídos: a Constituição de 1988 e a LDB 9394/96 garantem aos povos indígenas o direito de estabelecerem formas particulares de organização escolar - como, por exemplo, um calendário próprio que lhes assegurem, também, grande autonomia no que se refere à criação, ao desenvolvimento e à avaliação dos conteúdos a serem incorporados em suas escolas.

Comunitária, porque conduzida pela comunidade indígena, de acordo com seus projetos, suas concepções e seus princípios. Isto se refere tanto ao currículo quanto aos modos de administrá-la. Inclui liberdade de decisão quanto ao calendário

escolar, à pedagogia, aos objetivos, aos conteúdos, aos espaços e momentos utilizados para a educação escolarizada.

Intercultural porque deve reconhecer e manter a diversidade cultural e linguística; promover uma situação de comunicação entre experiências socioculturais, linguísticas e históricas diferentes, não considerando uma cultura superior à outra; estimular o entendimento e o respeito entre seres humanos de identidades étnicas diferentes, ainda que se reconheça que tais relações vêm ocorrendo historicamente em contextos de desigualdade social e política. A seguir será feita uma breve discussão sobre as leis que asseguram a concretização da educação indígena.

1.2. LEIS QUE ASSEGURAM A EDUCAÇÃO INDÍGENA

A Constituição Federal, além de perceber o índio como pessoa, com os direitos e deveres de qualquer outro cidadão brasileiro, percebe-o como membro de uma comunidade e de um grupo, isto é, como membro de uma coletividade que é titular de direitos coletivos e especiais.

Mesmo marcada por diretrizes protecionistas, a legislação brasileira anterior à Constituição de 1988, que tratava dos povos indígenas, orientava-se pela gradativa assimilação e integração dos povos indígenas à comunhão nacional, de forma espontânea ou por processos legais e formais, porque os entendia como categoria transitória, fadada à extinção. Com a educação escolar não foi diferente. As leis da educação nacional sempre trataram todos os brasileiros como iguais ou na perspectiva da construção da igualdade étnica, cultural e linguística. Em anos recentes, abandonou-se a previsão de desaparecimento físico e cultural dos povos indígenas.

O Brasil foi, gradativamente, descobrindo as diferenças culturais que sobreviveram após quase quinhentos anos de tentativas de aculturação e assimilação desses povos. Hoje, é certo que eles não são apenas uma referência no nosso passado, mas que farão parte do nosso futuro.

A Constituição brasileira de 1988 traçou, pela primeira vez na história brasileira, um quadro jurídico novo para a regulamentação das relações do Estado com as sociedades indígenas contemporâneas. Rompendo com uma tradição de quase cinco séculos de política integracionista, ela reconhece aos índios o direito à

prática de suas formas culturais próprias. O Título VIU "Da Ordem Social" contém um capítulo denominado "Dos Índios", diz que "são reconhecidos aos índios a sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens".

Com o texto constitucional em vigor, abre-se aos povos indígenas a perspectiva de afirmação e reafirmação de seus valores culturais, línguas, tradições e crenças. O Estado deve não mais garantir a existência (transitória) das populações indígenas, e sim contribuir eficazmente para a reafirmação e valorização de suas culturas e línguas. Para que seja preservada a unificação dos procedimentos na relação entre Estado e povos indígenas, a Constituição mantém, no seu Artigo 22, inciso XIV, a competência privativa da União de legislar sobre essas populações. O Artigo 210 assegura às comunidades indígenas, no Ensino Fundamental regular, o uso de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem e garante a prática do ensino bilíngue em suas escolas. O Artigo 215 define como dever do Estado a proteção das manifestações culturais indígenas. A escola constitui, assim, instrumento de valorização dos saberes e processos próprios de produção e recriação de cultura, que devem ser a base para o conhecimento dos valores e das normas de outras.

As responsabilidades e as especificidades da educação escolar indígena estão suficientemente explicitadas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Seu texto acentua enfaticamente a diferenciação da escola indígena em relação às demais escolas dos sistemas pelo bilinguismo e pela interculturalidade. Todos os dispositivos legais aqui comentados mostram a extensão da especificidade da educação escolar indígena e asseguram às coletividades envolvidas em sua construção uma grande liberdade de criação. Não poderia ser diferente, já que todos eles se baseiam no respeito aos saberes, às práticas e ao patrimônio intelectual dos povos indígenas. Alguns dispositivos ainda devem ser regulados pelo Conselho Nacional de Educação, órgão normativo do Ministério da Educação. Mas é preciso que fique claro que nenhuma legislação específica para a educação escolar indígena, que tenha abrangência nacional, poderá prever ou dar conta da imensa diversidade de situações históricas e culturais vividas pelas inúmeras sociedades indígenas contemporâneas.

A proposta da escola indígena diferenciada representa, sem dúvida alguma, uma grande novidade no sistema educacional do país, exigindo das instituições e órgãos responsáveis a definição de novas dinâmicas, concepções e mecanismos, tanto para que essas escolas sejam de fato incorporadas e beneficiadas por sua inclusão no sistema, quanto respeitadas em suas particularidades.

Os desafios que os povos indígenas enfrentam na atualidade exigem dos professores indígenas uma postura e um trabalho adequado e responsável. Devem estar comprometidos em desenvolver o processo de ensino-aprendizagem não como único detentor de conhecimentos, mas como articuladores, facilitadores, intervindo, orientando, problematizando, sem desconsiderar a atitude de curiosidade dos diversos alunos para os novos conhecimentos. A escola indígena deve ser espaço de pesquisa e de produção de conhecimentos e de reflexão crítica por parte de todos os que participam dela. O professor deve estar atento. É responsável pela aprendizagem da criança e é mais responsável ainda porque está mexendo com uma coisa que vai ser ensinada pela nossa cultura. Tem direito a organizar um trabalho, uma festa. Tudo deve ser trabalho do professor.

A preocupação de ter professores indígenas para suas escolas é algo recente. Maher (2006, p.23) “a percepção de que a escolarização de alunos indígenas fosse conduzida por professores indígenas começou a se instalar, no Brasil, somente a partir da década de 70”.

Ainda segundo Maher (2006) o trabalho com formação de professores indígenas tem sido desenvolvido no Brasil por organizações não governamentais, instituições públicas sejam elas as secretarias e universidades. Em todos os casos há o grande desafio de refletir em que essa proposta de formação se difere de outras para não indígenas, ou seja, de respeitar a especificidade que deve ter a formação de professores indígenas.

Abaixo será discutido a importância da comunidade indígena na construção do currículo.

1.3 COMUNIDADE INDÍGENA NA CONSTRUÇÃO DO CURRÍCULO

Entende-se que o professor indígena é de fato uma peça chave no processo de ensino-aprendizagem do seu povo e é impossível não falar que a comunidade indígena também é participante ativo nessa construção de saberes. Desta forma, o

currículo desse curso não poderia ser discutido fora desse contexto e a participação da comunidade indígena, por meio de seus representantes foi algo imprescindível quando da concepção e construção do currículo a ser implantado no curso, ora em andamento. Essa interlocução se deu em diferentes momentos e espaços, configurando-se como um diálogo intercultural de diferentes saberes e experiências que se entrelaçaram na tessitura deste currículo.

Para Moreira e Silva (2002, p.8) currículo é um artefato social e cultural, isso significa que ele é colocado na moldura mais ampla de suas determinações sociais, de sua história, de sua produção contextual. O currículo não é um elemento inocente e neutro de transmissão desinteressada do conhecimento social. O mesmo está implicado em relações de poder, o currículo transmite visões sociais particulares e interessadas, o currículo produz identidades individuais e sociais particulares. Este não é um elemento transcendente e atemporal – ele tem uma história, vinculada às formas específicas e contingentes da organização da sociedade e da educação.

A definição foi por um curso de formação inicial para atender as turmas dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e Educação Infantil, portanto, um curso de Pedagogia. Conforme solicitado pela comunidade, o eixo norteador foi a ênfase no ensino e utilização da língua materna.

A necessidade apresentada justifica-se pelo que narram os professores indígenas no esforço da revitalização da língua materna e manutenção da cultura, no caso das etnias Kokama e Kambeba que estão vivenciando um processo de afirmação de sua identidade étnica. No caso dos Tikuna, falantes fluentes da própria língua, o desafio está em trabalhar a escrita e alfabetização dos alunos na própria língua, bem como na importância de manter vivas a língua e a cultura desse povo.

Outras questões como a presença de saberes indígenas no currículo do curso e as implicações pedagógicas do trabalho em suas comunidades foram discutidas coletivamente. Para essa proposição foi discutida a pedagogia da alternância, como forma de trabalho com os outros sujeitos das comunidades envolvidas.

Sobre essa questão a Resolução do CNE/CEB 5/2012 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica diz que: § 1º A formação inicial dos professores indígenas deve ocorrer em cursos específicos de licenciaturas e pedagogias interculturais ou

complementarmente, quando for o caso, em outros cursos de licenciatura específica ou, ainda, em cursos de magistério indígena de nível médio na modalidade normal.

§ 5º Os sistemas de ensino e suas instituições formadoras devem garantir os meios do acesso, permanência e conclusão exitosa, por meio da elaboração de planos estratégicos diferenciados, para que os professores indígenas tenham uma formação com qualidade sociocultural, em regime de colaboração com outros órgãos de ensino. (BRASIL, 2012)

Para uma compreensão mais aprofundada da realidade de trabalho desses futuros alunos do curso e no intuito de atender o que preconiza a diretriz, realizou-se uma visita em várias escolas de diferentes comunidades indígenas envolvidas.

Souza e Fleuri (2003, p.57) chamam a atenção para o fato de que, na maioria das vezes, as relações entre culturas diferentes são consideradas a partir de uma lógica binária (índio x branco, centro x periferia, dominador x dominado, sul x norte, homem x mulher, normal x anormal) que não permite compreender a complexidade dos agentes e das relações subtendidas em cada polo, nem a reciprocidade das inter-relações, nem a pluralidade e a variabilidade dos significados produzida nessas relações.

Na perspectiva de uma educação intercultural é necessário romper com essa lógica para dar lugar ao diálogo entre as culturas. Ainda conforme Souza e Fleuri (2003, p. 63),

Assim, as relações interculturais, em certa medida, perturbam a visão hierarquizada e purificada das culturas, do poder e do conhecimento. Possibilitam o questionamento da ordem institucional educacional estabelecida sob a óptica do poder hegemônico de educadores e educadoras sobre os (as) alunos (as). Ensejam a possibilidade de problematizar a pretensa procedência universalizante e homogeneizante do conhecimento.

A interculturalidade implica uma relação intencional em que os grupos envolvidos desconstruem relações que há séculos trazem o estigma da discriminação e da pretensa superioridade de umas sobre as outras. Assim, conceber um currículo intercultural pressupõe uma atitude respeitosa e dialógica entre os grupos envolvidos. Reppetto (2012, p.21) assim define esse diálogo:

[...] o sentido do diálogo entre culturas refere-se não apenas a desenvolver capacidades para ouvir e falar, mas, sobretudo, de refletir e pensar numa perspectiva dialógica, o que não deve remeter apenas à ideia de um colóquio entre dois (emissor e receptor), mas sim a uma discussão

polifônica, sustentada por diferentes referências espaço-temporais, onde ideias, opiniões, conceitos, percepções sobre os processos históricos e do próprio mundo, devem ser compreendidos no complexo emaranhado de situações e atores envolvidos, articulados e desarticulados em diálogos nem sempre claros e isentos de conflitos.

Para pensar todas as questões que se impõe ao construir um currículo intercultural, faz-se necessário também pensar no lugar de igual importância que os saberes e conhecimentos trazidos por estes grupos ocupam nesse currículo. Nessa tessitura as tensões e conflitos que se fazem presentes exigem dos envolvidos uma postura, como afirma Candau (2010, p. 764).

Nesse sentido, a perspectiva intercultural procura estimular o diálogo entre os diferentes saberes e conhecimentos, e trabalha a tensão entre universalismo e relativismo no plano epistemológico, assumindo os conflitos que emergem deste debate. É importante ressaltar que esses conhecimentos e saberes exigem que o Núcleo docente Estruturante seja de natureza multidisciplinar, pois a presença das diferentes áreas do conhecimento e dos diferentes saberes trazidos pelas comunidades indígenas possibilita uma atitude mais integradora desses elementos e, oportuniza um reconhecimento das diferenças e sua importância no trabalho intercultural. A mesma autora pontua sobre o que sejam conhecimentos e saberes:

O que denomino conhecimentos está constituído por conceitos, ideias e reflexões sistemáticas que guardam vínculos com as diferentes ciências. Esses conhecimentos tendem a ser considerados universais e científicos, assim como a apresenta um caráter monocultural. Quanto aos saberes, são produções dos diferentes grupos socioculturais, estão referidos às suas práticas cotidianas, tradições e visões de mundo. São concebidos como particulares e assistemáticos CANDAU (2010. p.764).

Tendo como pano de fundo as questões acima expostas, o desenho inicial do Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia Intercultural foi organizado em nove módulos em períodos alternados, constituído por três eixos: Ciclo Básico, Ciclo de Aprofundamento e Ciclo Específico de Etna educação. A Pedagogia da Alternância, como metodologia adotada possibilita a articulação dos conhecimentos trabalhados com aqueles da comunidade.

O Ciclo Básico a ênfase do curso está no trabalho com conhecimentos gerais acerca da sociedade e do homem, do trabalho científico e das Políticas Públicas voltadas á Educação. No caso deste curso um estudo mais específico

sobre as comunidades indígenas onde residem os alunos, suas organizações e a participação de alguns membros que exercem liderança nesses locais é o elemento organizador para compreender a sociedade e seus sujeitos e um olhar particular sobre as políticas públicas educacionais voltadas para povos indígenas e o estudo dessas resoluções.

No Ciclo de Aprofundamento, os conhecimentos da escola, a contribuição da Psicologia e da Didática é trabalhada a partir do contexto local, ancorada nos círculos de socialização da Pedagogia da Alternância, no início de cada módulo. Nesse momento, atividades de incursão nas escolas onde atuam esses alunos são os eixos que norteiam os estudos e discussões dos conhecimentos trabalhados.

CAPÍTULO II

2 OS DESAFIOS E PERSPECTIVAS DOS PROFESSORES INDÍGENAS A PARTIR DOS RESULTADOS DA PESQUISA

Atualmente, com os avanços em torno da educação indígena no Brasil, legisladores definiram uma política específica em torno desse tema com base nas orientações contidas no Referencial Curricular Nacional Indígena, homologado no ano de 1998. Nesse sentido, este capítulo, tem como proposta específica discutir o citado documento sob a ótica crítica, expondo nossa opinião acerca de uma educação indígena que busca a qualidade do seu processo. É como afirma a citação abaixo:

A educação escolar indígena no Brasil vem obtendo, desde a década de 1970, avanços significativos no que diz respeito à legislação que a regula. Se existem hoje leis bastante favoráveis quanto ao reconhecimento da necessidade de uma educação específica, diferenciada e de qualidade para as populações indígenas, na prática, entretanto, há enormes conflitos e contradições a serem superados. Este documento foi escrito na expectativa de que possa contribuir para diminuir a distância entre o discurso legal e as ações efetivamente postas em prática nas salas de aula das escolas indígenas (BRASIL, 1998, p. 11).

Os avanços no campo teórico, em uma visão crítica, nem sempre se traduz na prática, é preciso muito mais que uma legislação bem fundamentada, é preciso oferecer as condições adequadas desde a formação do professor para atuar no processo de ensino e aprendizagem em escolas indígenas. Daí é que se nota as constantes discussões, visto que, o Estado falha ao não dispor de mecanismos que na prática deveriam consolidar esse processo, que é complexo, dada a exigência, por exemplo, de ensinar em duas línguas, a materna e a portuguesa. Então, o professor indígena, hoje, desenvolve dois processos de aprendizagem, um para assegurar sua cultura e outro para inserir o indígena em todos os seguimentos da sociedade que o envolve.

2.1 CAMINHOS PERCORRIDOS PARA A CONSTRUÇÃO DA PESQUISA.

A metodologia empregada na construção deste Trabalho de Conclusão de Curso foram especificamente duas. A primeira bibliográfica e a subsequente de pesquisa de campo. A abordagem bibliográfico-documental é de natureza histórica constitui-se uma fonte rica de dados, outra vantagem é o baixo custo e a

desnecessidade de contato com os sujeitos pesquisados. O esforço deve ser grandioso, pois o pesquisador deve saber separar as fontes que realmente lhe interessam (LAKATOS & MARCONI, 1983). É elaborada a partir de material já publicado, exemplo: livros e periódicos dentre outros (CHIZZOTI, 1991) a outra é Pesquisa de campo. O número de entrevistados foram 05 (cinco) Professores que atuaram nas escolas indígenas, zona rural de Tefé-AM.

2.2 O PROCESSO DE FORMAÇÃO DOS PROFESSORES INDÍGENAS.

A educação indígena deve está atenta às diretrizes curriculares para educação indígena, que prevalece uma educação diferenciada e bilingue.

O que percebemos durante a pesquisa é que a maioria dos professores possui uma graduação, no entanto, o perfil dessa graduação não está voltado para o que as diretrizes apresentam.

Percebemos ainda um interesse fundamental dos professores indígenas por uma formação adequada a sua realidade, sendo primordial uma formação inicial e continuada que leve em consideração as questões indígenas.

De acordo com o professor A o interesse se da *“Pelo fato de querer ajudar e trabalhar com pessoas, afinal, a educação tem raízes amargas, mas os seus frutos são doces, dessa forma posso contribuir com o crescimento da cultura indígena.”* O professor B afirma ainda, que é importante essa formação *“Para intermediar nesse processo e sempre procurar manter a cultura indígena viva.”*

A valorização da cultura sempre está expressa na fala dos professores, por entenderem que valorizando-a as oportunidades surgirão e não deixaram suas raízes esquecidas.

Para o professor E, *“O fato de ser professor é a oportunidade que tenho de ajudar alguém, e no que diz respeito a ser professor indígena, me traz mais orgulho, pois é o poder que tenho em minhas mãos de fazer a diferença no meio do meu povo”.*

Percebe-se na fala do professor o compromisso com a educação indígena, a docência é vista como uma forma de orgulho em contribuir com seu povo. Dessa forma, este capítulo está subdividido em dois momentos, assim como o próprio RCNEI Indígena (1998). O primeiro será abordado de maneira sintetizada revendo alguns fundamentos históricos, políticos e legais que norteiam a Educação Indígena no

Brasil. E na sequência será abordada uma visão epistemológica acerca do currículo utilizado no processo de ensino nas escolas indígenas de forma geral.

Os aspectos que agrupam a atual política em educação indígena no Brasil sugerem intensas mudanças, ou seja, busca-se suprimir e ao mesmo tempo recuperar os longos períodos de descaso com essa modalidade de ensino, daí é que se justifica, por exemplo, a existência de uma política em educação indígena bem alicerçada, como se observa no atual Referencial Curricular Indígena (1998). Porém, o desafio, é mais complexo, tendo em vista que há um longo caminho entre a teoria e a prática. No caput, do RCNEI Indígena (1998) indica que a política nacional em educação indígena, precisa efetivamente de professores indígenas ou com o domínio intercultural algo que também é referendado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9.394/96). Nesse sentido, o supracitado RCNEI (1998, p. 5) salienta:

Em atendimento às determinações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que estabelece enfaticamente a diferenciação da escola indígena das demais escolas do sistema pelo respeito à diversidade cultural e à língua materna, e pela interculturalidade, o MEC, objetiva, com este material, auxiliá-lo no seu trabalho educativo diário junto às comunidades indígenas.

Acima, percebe-se que há de forma clara e concisa um conjunto de leis que determinam a forma como se deve conduzir a política em educação indígena, nos três níveis: federal, estadual e municipal. Considerando principalmente os mecanismos que concorram para o aprendizado a partir da língua materna e valorizando os aspectos culturais, isto é, uma educação intercultural.

Aprofundando essa discussão nota-se que desenvolver uma educação indígena de qualidade é preciso ir além das leis, currículos, etc., é preciso material humano, o professor, portanto, ao falar ou escrever sobre os aspectos políticos em torno da educação indígena implicitamente estamos nos referindo ao principal ator desse processo, o educador. Dessa forma, é oportuna uma análise crítica com base no seguinte fragmento da SECAD/MEC (1998, p. 34):

[...] é prioritária a formação de professores indígenas em licenciaturas específicas. Resultados promissores têm sido verificados com o apoio às propostas formuladas pelas universidades públicas em diálogo com representantes das comunidades indígenas...

Diante disto podemos observar o quanto é importante à formação de professores indígenas, pois a mesma abre horizontes não para serem reproduzidos,

mas pensados e adaptados a condição de língua e costumes dos povos indígenas. Diante disso, GRUPIONI (2006, p.54) diz que:

[...] De forma geral, pode-se dizer que os professores indígenas são os mediadores, por excelência, das relações sociais que se estabelecem dentro e fora da aldeia, por meio também da escola. Assim, eles ou elas têm uma função social distinta dos professores não-índios, pois assumem, muitas vezes, o papel de intérpretes entre culturas e sociedades distintas...

Percebe-se claramente que os professores indígenas são peças fundamentais no ambiente educacional indígena, pois quem seria mais instruído senão o próprio indígena que cresceu presenciando seus costumes e exercendo seus valores dentro e fora da aldeia, esse é o mediador mais completo no que se refere a sua cultura, e dessa forma, tem a obrigação em exercer seu papel, contribuindo e assegurando que sua cultura não se perca.

2.3 O PROCESSO DE FORMAÇÃO DO PROFESSOR INDÍGENA E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA.

No decorrer da pesquisa registramos as instituições que os professores indígenas fizeram sua formação e as contribuições. Percebemos que a maioria dos professores foi formado pela Universidade do Estado do Amazonas, Universidade Federal do Amazonas e programa PIRAYAWARA. Os cursos registrados foram, Normal Superior, História, Letras e Pedagogia Intercultural Indígena.

Dentre os cursos apresentados, observamos que a maioria não tem uma proposta direcionada a educação indígena, o único curso que faz um direcionamento é a Pedagogia Intercultural mesmo assim deixa muito vago o que o RCENEI apresenta.

Diante dessa perspectiva entrevistamos os professores e perguntamos, quais as contribuições que curso de formação inicial auxiliou na prática de sala de aula.

O professor A respondeu, que em se tratando de metodologia o curso ensinou que *“é necessário trabalhar de forma interdisciplinar, porém, sempre respeitando sua origem.”* O professor B ressalta ainda, *“é necessário adaptar e diferenciar as aulas para que dessa forma possamos contribuir para um melhor aprendizado.”* De acordo com Masetto (2013, p.47), *“é necessário avaliar em conjunto com o aprendiz sua necessidade”*. Despertar interesse e mostrar significado.

Ressaltamos o que o professor C nos diz que “*é papel do professor organizar meios e técnicas para o aluno ter um melhor aprendizado.*” Percebemos a preocupação dos professores com a aprendizagem dos seus alunos considerando que o professor é fundamental e que através da mediação pedagógica é que poderá ampliar os horizontes de conhecimentos dos seus alunos.

Masetto, (2010, p.175), diz que mediação pedagógica é a atitude, comportamento do professor que se coloca como facilitador e incentivador ou motivador da aprendizagem, que se apresenta com a disposição de ser uma ponte entre o aprendiz e sua aprendizagem.

Assim concordamos com o professor E, que diz “*A metodologia tem que ser diferenciada, procurar meios eficazes de manter uma boa relação do índio com a natureza, com os saberes dos mais velhos e da sua cultura que não deve ser perdida.*” A mediação pedagógica deve ser feita e estar clara de como deve fazer para que esse professor alcance a aprendizagem com seus alunos. Não deixando de considerar o contexto e acultura do lugar.

2.4 DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA FORMAÇÃO E SUAS ORIENTAÇÕES.

Ao que se refere às perspectivas da formação e o que elas orientam, os professores responderam

Professor A: Os desafios são muitos, infraestrutura, material inadequado no que se refere ao ensino-aprendizagem do aluno indígena. Mas, sempre pensar positivo ajuda, só basta o professor procurar meios para fazer essa intervenção e sonhar com um amanhã melhor.

Quando nos referimos a perspectiva da formação os relatam aparecem como forma de indagações pois a formação inicial não os preparou para as adversidades que encontrariam no caminho da docência.

Assim partimos da premissa de que os professores esperavam da formação obtida era que a mesma os preparasse para todas as atividades e etapas que encontrariam durante a docência, sabemos que isso não é possível pois a prática deve ser vivenciada e não contada.

O professor B destaca, “*O desafio é ter que manter sempre viva a origem dos indígenas. As perspectivas é que tudo venha melhorar, principalmente na área da educação.*” Observa-se a preocupação com as suas origens, cultura e especificidades de cada povo e cada lugar, não podemos deixar de relatar que a

formação recebida não possui características distintas para trabalhar as especificidades dos povos indígenas.

A seguir o professor C diz, “Desafios são os materiais enviados pela SEMED e que tem de ser adaptado aos alunos indígenas” Já o professor D, chama atenção para que se deve *“ter um olhar diferenciado para a pessoa indígena, respeitando sua realidade, e penso que futuramente possa haver mudanças no que diz respeito a educação.”* Percebe-se claramente que a grande preocupação com o aprendizado, principalmente quando é um aprendizado ainda pouco valorizado, adaptado à realidade vivida pelo índio, dessa forma, se torna um desafio ao professor indígena que por outro lado terá que intervir procurando meios que propiciem ao alunado indígena um ensino-aprendizado de acordo com sua realidade, ainda é um desafio a ser vencido, mas aos professores indígenas entrevistados é pertinente a esperança de dias melhores.

Finalizamos com o relato do professor E,

“Os desafios fazem parte da vida, e o professor indígena enfrenta muitos problemas principalmente no que diz respeito aos recursos, uma falta de qualidade nos materiais enviados pela SEMED, sendo necessário o professor ter que se desdobrar para adapta-los ao cotidiano do aluno indígena, minhas perspectivas são de que tudo melhore na educação e o professor tem um papel importante nesse processo”.

É evidente que os desafios são presentes na vida dos professores indígenas, ainda permeia a problemática da falta de adequação, adaptações dos materiais como livros, entre outros materiais didáticos aos alunos, sabem que trabalhar dando enfoque à realidade do aluno causa um efeito positivo, pois é algo que faz parte de suas vivências. Daí o papel do professor se deparar com esses desafios, mas que por outro lado jamais perdem a esperança de que dias melhores possam se abrir para que a educação indígena possa ter seu lugar valorizado como deve ser, pois a educação de qualidade é um direito de todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se que os objetivos propostos para esta pesquisa foram alcançados.

Verificou-se a importância do indígena atuar como mediador do conhecimento em sua comunidade, pois é claro que o mesmo saiba fazer essa ligação do saber de dentro e fora de sua comunidade, sendo este perito no que diz respeito a sua cultura, dessa forma, contribui para que sua cultura não seja perdida. Identificou-se que a formação continuada para os professores é uma necessidade imediata e, que pode contribuir significativamente com a qualidade do processo de ensino e de aprendizagem, constatou-se que há uma carência de políticas públicas em torno da formação continuada para professores.

Comprovou-se também que mediante as necessidades que os mesmo passam para que os valores de sua cultura possam permanecer vivos, estes professores puderam mostrar que independente de graus de dificuldades eles sempre cultivam a esperança de que tudo vai melhorar. Viu-se também que possivelmente, um dos obstáculos seja o material muitas vezes mandado pela SEMED, os quais não tem adaptação nenhuma a cultura indígena.

A formação continuada, de fato é importante, e quando não acontece, o professor indígena e não indígena é obrigado a buscar por conta própria esta capacitação, comprometendo parte de seus vencimentos. No entanto, este mesmo professor, entende que esta formação não precisa se limitar a educação indígena e sim ter como relevância a formação acadêmica do professor.

Assim, esta pesquisa, sugere uma reflexão acerca da educação indígena, pois, esses povos merecem respeito no que diz respeito a seu modo de vida, sua cultura, educação, ao seu território. E aos professores, fica a perseverança de lutarem sempre para o bem de seu povo.

Esta pesquisa serviu para desmitificar horizontes, sair do comodismo, onde existe uma visão limitada e situar-nos a lutar por direitos de pessoas que são exemplos de superação.

RECOMENDAÇÕES

Percebemos que a educação indígena ainda tem muito que avançar no que diz respeito à educação, pois ainda nos dias atuais o professor indígena tem que se desdobrar para que suas raízes, sua cultura de berço não venham ser esquecida, o descaso com os materiais enviados à eles ainda não estão totalmente adaptados a sua realidade, como pode-se perceber claramente durante toda a pesquisa que o professor tem esse poder nas mãos de fazer um intermédio entre seus costume e aos demais costumes, e ainda é muito evidente a participação dos professores indígenas como mediadores do conhecimento em suas aldeias, dessa forma, sua cultura, origens, modos de vida, estarão preservados, pois na aldeia indígena, todos são professores, os mais velhos são uma biblioteca a céu aberto, pois é através deles que o conhecimento indígena é lembrado com veracidade, servindo de identidade.

Assim, recomendamos este trabalho aos professores indígenas, que contribuíram de forma significativa para construção deste trabalho, pois reconheceram que é importante a valorização de sua cultura, e percebem que a educação é o melhor meio de valorizar sua origem e garantir seus direitos. É importante salientar que falar sobre a educação indígena significa aprender com a cultura do outro, aprender respeitar seus modos de vida e isso contribui de forma significativa na vida de futuros educadores, pois aprender com o outro é nos permitir um saber a mais.

REFERÊNCIAS

ALVES, Nilda (Org.) **Formação de Professores Pensar e Fazer**. São Paulo: Cortez, 1992.

BRASIL. Ministério da Educação. **Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação parecer nº 14/99**. - Brasília: MEC/SEF, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9.394/96)**. Brasília DF, 1996.

CANDAU. Vera Maria. As diferenças fazem a diferença? Cotidiano escolar, interculturalidade e educação em direitos humanos. *In*. SOARES, Leôncio et. al. **Convergências e Tensões no Campo da Formação e do Trabalho Docente**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

GRUPIONI, Luis Donizete Benzi. Contextualizando o campo da formação de professores indígenas no Brasil. *In*: GRUPIONI, Luis Donizete Benzi. **Formação de professores indígenas: repensando trajetórias**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006.

MAHER, Terezinha Machado. Formação de professores indígenas: uma discussão introdutória. *In*: GRUPIONI, Luis Donizete Benzi. **Formação de professores indígenas: repensando trajetórias**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006.

MASETTO, Marcos Tarciso & GAETA, Cecilia. **O professor iniciante no ensino superior: Aprender, Atuar e Inovar**. São Paulo, SENAC,2013

MASETTO, Marcos Tarciso, **O professor na hora da verdade: A prática docente no ensino superior**. São Paulo, AVERCAMP,2010.

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa. SILVA, Tomaz Tadeu da. **Currículo, Cultura e sociedade**. 7.ed. São Paulo. Cortez, 2002.

REPETTO, Maxim. Os Sentidos das Fronteiras na Transdisciplinaridade e na Interculturalidade. *In*: **Textos & Debates**, Boa Vista, n.22, p. 13-30, jul./dez. 2012. Disponível em: <<http://revista.ufrr.br/index.php/textosedebates/article/view/1602>> Acesso em 30 Ago. 2014.

SOUZA, Maria Izabel Porto de; FLEURI, Reinaldo Matias. Entre limites e limiares de culturas: educação na perspectiva intercultural. *In*: FLEURI, Reinaldo Matias (org.); **Educação Intercultural: Mediações necessárias**. DP&A, 2003. P. 53-84.

APÊNDICES

FORMULÁRIO PADRONIZADO DE COLETA DE DADOS
ROTEIRO DE ENTREVISTA

1. Nome:

2. Quantos professores atualmente são formados pelo Proind?

3. Qual a sua formação?

4. Quais os desafios e perspectivas do professor indígena nessa modalidade de ensino?
.

5. Os assuntos expostos em sala de aula fazem correlação com o cotidiano do aluno indígena?

6. No que se refere aos materiais utilizados nas aulas qual o maior desafio dos professores?

7. No que se refere à metodologia do professor indígena como os mesmos trabalham com os alunos da área indígena?

8. Quais os problemas encontrados no que se refere à estrutura física das escolas indígenas?

9. Porque atuar como professor nessa modalidade de ensino?